

Comportamento de uma amostra da população urbana de Juiz de Fora – MG perante a automedicação

Self-medication behavior of an urban population (Juiz de Fora-MG, Brazil)

Sabrine Teixeira Ferraz¹
 Thiago Grunewald²
 Flávio Roberto Silva Rocha²
 José Antonio Chehuen Neto³
 Mauro Toledo Sirimarco³

RESUMO

palavras-chave

Automedicação

Medicamentos sem prescrição

População

Define-se automedicação como a utilização de medicamentos sem prescrição ou orientação médica. Quando inadequada, pode conduzir a efeitos indesejáveis ou enfermidades iatrogênicas, representando um problema a ser estudado. Objetivou-se investigar a prevalência da automedicação em uma amostra da população urbana de Juiz de Fora – MG, analisando seu perfil, além de revelar os fármacos mais adquiridos e sintomas mais comuns, e verificar diferenças de prevalência entre faixas etárias e níveis de escolaridade. Foi aplicado um questionário semi-estruturado, contendo 13 questões, a 165 residentes do município de Juiz de Fora – MG, com idade superior a 18 anos, selecionados em amostra acidental. Como resultados, 66,2% dos entrevistados se automedicaram no último ano, sem variação entre sexos e faixas etárias; desses, 45% têm ensino médio completo e 19%, superior completo. O grupo farmacológico predominantemente consumido foi de analgésicos, e o sintoma que levou à automedicação mais citado foi dor. A forma de aquisição predominante foi compra em farmácia sem receita médica e 65,2% afirmaram ter considerado desnecessária uma consulta médica. Aqueles que se automedicam obtiveram o efeito esperado sem a ocorrência de complicações. Entre entrevistados que não se automedicam, o conhecimento e a preocupação com os riscos da automedicação e o hábito de leitura da bula são maiores. Concluímos que a relativa facilidade de obtenção de medicamentos nas farmácias deve ser analisada pelos órgãos competentes, com vistas a campanhas de esclarecimento e de favorecimento ao acesso à consulta. É preocupante a confiança da população na automedicação, associada ao relevante número de pessoas que afirmaram dificuldade de acesso ao médico.

vistados se automedicaram no último ano, sem variação entre sexos e faixas etárias; desses, 45% têm ensino médio completo e 19%, superior completo. O grupo farmacológico predominantemente consumido foi de analgésicos, e o sintoma que levou à automedicação mais citado foi dor. A forma de aquisição predominante foi compra em farmácia sem receita médica e 65,2% afirmaram ter considerado desnecessária uma consulta médica. Aqueles que se automedicam obtiveram o efeito esperado sem a ocorrência de complicações. Entre entrevistados que não se automedicam, o conhecimento e a preocupação com os riscos da automedicação e o hábito de leitura da bula são maiores. Concluímos que a relativa facilidade de obtenção de medicamentos nas farmácias deve ser analisada pelos órgãos competentes, com vistas a campanhas de esclarecimento e de favorecimento ao acesso à consulta. É preocupante a confiança da população na automedicação, associada ao relevante número de pessoas que afirmaram dificuldade de acesso ao médico.

ABSTRACT

keywords

Self Medication

Drugs, Non-prescription

Urban Population

Self-medication is defined as the use of drugs without medical prescription or guidance. Inadequate self-medication may lead to untoward iatrogenic effects. This study investigated the prevalence of self-medication in an urban sample from the city of Juiz de Fora, MG, Brazil. Other features such as the most commonly purchased drugs, the most common symptoms, and the customers' age range and educational level were investigated. A 13-question semi-structured questionnaire was applied to 165 randomly selected residents (aged over 18 years) of the city of Juiz de Fora, MG, Brazil. 66.2% used self-medication in the previous year, with no difference concerning sex and age. 45% of these had finished secondary school and 19% had a college degree. Analgesics were the most frequently purchased drugs, and pain the most common complaint. Purchase was predominantly over the counter, and 65.2% found a medical consultation unnecessary. Self-medication led to symptomatic relief without complications. Among those who do not use self-medication, knowledge and worry about this habit are greater, as well as the habit of datasheet reading. The relative ease with which drugs are obtained over the counter should be an issue for the regulating bodies. Confidence in self-medication is worrying, chiefly against the background of a relevant number of people complaining of difficulty to see a doctor. Information campaigns warning against the risks of self-medication, and easier access to medical consultations are necessary.

1 Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Medicina - Juiz de Fora, MG. E-mail: sabrine.ufjf@gmail.com

2 Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Medicina - Juiz de Fora, MG.

3 Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Medicina, Metodologia Científica em Medicina - Juiz de Fora, MG.

INTRODUÇÃO

A automedicação pode ser definida como a utilização de medicamentos sem prescrição ou orientação médica, sendo o próprio paciente responsável pela escolha do fármaco a ser usado, ou ainda a prescrição ou orientação de medicamentos por pessoas não habilitadas (ARRAIS *et al.*, 1997; VILARINO *et al.*, 1998). Para tal, podem ser utilizados medicamentos industrializados ou remédios caseiros (HAAK, 1989).

Quando inadequada, a automedicação pode ter como conseqüências efeitos indesejáveis ou o surgimento de enfermidades iatrogênicas, representando, portanto, um problema a ser prevenido (ARRAIS *et al.*, 1997, BI *et al.*, 2000). No Brasil, essa preocupação também pode ser justificada pela má adequação da propaganda de medicamentos, o não-cumprimento da obrigatoriedade da receita médica e a carência de informações na população em geral, entre outros aspectos (ARRAIS *et al.*, 1997; PAGÁN *et al.*, 2006).

Embora o uso irracional de medicamentos ocorra em grande escala, a automedicação não pode ser vista simplesmente como atividade ilegal se for considerada a situação econômica da população do interior do país. Por isso, uma racionalização do uso de medicamentos deveria também ser, necessariamente, discutida pelos próprios consumidores (HAAK, 1989, PAGÁN *et al.*, 2006).

No Brasil, onde a saúde pública ainda não tem recebido recursos orçamentários adequados e cuja estrutura organizacional representada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não alcançou eficiência e eficácia desejadas, seria esperado que as classes que dependem desse sistema estivessem mais sujeitas a se automedicar (VILARINO *et al.*, 1998). Segundo Vilarino *et al.*, as limitações impostas por uma condição socioeconômica desfavorável não são um fator preponderante na decisão de se automedicar. Isso contradiz a idéia de que a automedicação é praticada sobretudo por pessoas de baixa escolaridade, demonstrando que o acúmulo de conhecimento, quer adquirido na escola (maior escolaridade), quer ao longo da vida (maior idade), torna o indivíduo mais confiante para se automedicar.

Dados semelhantes foram encontrados em um estudo que elaborou o perfil da automedicação entre estudantes do curso de medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG (CHEHUEN NETO *et al.*, 2006), constatando altos índices de automedicação em um grupo que conhece os riscos da mesma e o fato de que os estudantes de períodos mais elevados do curso valem-se do próprio conhecimento adquirido no ato da escolha do medicamento.

Nos países desenvolvidos, cresce a pressão para a conversão de medicamentos Prescribed Only Medicines (POM), de venda condicionada à apresentação da receita,

em medicamentos Over-the-Counter (OTC), vendidos livremente (LOYOLA FILHO *et al.*, 2002). No Brasil, embora haja regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) para a venda e propaganda de medicamentos que possam ser adquiridos sem prescrição médica, não há regulamentação, nem orientação para aqueles que os utilizam (AUTOMEDICAÇÃO, 2001).

A Associação Brasileira da Indústria da Automedicação Responsável (ABIAR) representa um grupo de empresas desse setor de medicamentos, chamados também “medicamentos de venda livre”, que correspondem a 70% das vendas do mercado brasileiro (INFORMAÇÃO..., 2003). Segundo dados da própria associação, o mercado total destes tipos de medicamentos tem um valor de cerca de R\$ 4 bilhões por ano (entre 25% e 30% do mercado total farmacêutico) (INFORMAÇÃO..., 2003). A associação defende a chamada “automedicação responsável”, definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “a prática dos indivíduos em tratar seus próprios sintomas e males menores com medicamentos aprovados e disponíveis sem a prescrição médica e que são seguros e efetivos quando usados segundo as instruções” (WHO, 2002).

Entretanto, segundo a própria OMS, existem vários pontos importantes a serem explorados antes de se promoverem os potenciais benefícios da automedicação: todos os produtos devem ser comprovadamente seguros, o consumidor deve estar bem informado a respeito da forma correta de uso e de quais doenças podem ser tratadas dessa forma, e os próprios médicos devem se habituar a indagar sobre a automedicação antes de prescreverem outros fármacos (WHO, 2002). Além disso, como a automedicação é aplicada sem supervisão médica, não são consideradas as hipóteses de interação medicamentosa, interações com o álcool e a alimentação, e o uso durante a gravidez, lactação, na infância, em idosos (WHO, 2002).

O objetivo deste trabalho é explorar o problema da automedicação em uma amostra da população urbana de Juiz de Fora – MG. Analisamos principalmente o perfil dessa amostra, eventuais diferenças na prevalência entre faixas etárias e níveis de escolaridade e informações acerca dos tipos de fármacos mais adquiridos por esse meio.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo exploratório foi realizado no município de Juiz de Fora, situado na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. A cidade possui cerca de 500.000 habitantes, 320.000 com mais de 18 anos (IBGE, 2002), e seu serviço de saúde presta atendimento a outros municípios da macrorregião, constando como centro de referência em saúde. A

coleta de dados foi desenvolvida nos meses de julho e agosto de 2006.

Como ferramentas, utilizamos um questionário semi-estruturado, contendo 13 questões, abertas e fechadas. Nas questões abertas, referentes aos sintomas tratados e medicamentos utilizados no período, foi permitido mais de uma resposta. Interrogou-se a respeito da forma de aquisição do medicamento, dos motivos para a não-procura de auxílio médico, e de como foi feita a escolha do fármaco – se houve a indicação de terceiros. Além disso, indagamos quanto ao conhecimento de efeitos colaterais, hábito de leitura da bula, preocupação do entrevistado acerca do problema da automedicação e seus riscos. Dados a respeito de sexo, idade e escolaridade do paciente também foram obtidos.

O questionário foi inicialmente submetido a um estudo piloto, o qual foi aplicado a 30 pessoas, com o objetivo de se verificar a clareza e a aplicabilidade das questões. Como não se verificou a necessidade de alterações no instrumento utilizado, os dados obtidos referentes a esses participantes foram incluídos no estudo.

A aplicação dos questionários ocorreu nas ruas do centro da cidade, onde residentes de diferentes pontos da cidade e classes sociais distintas, pudessem participar do estudo. O instrumento da pesquisa foi apresentado a 180 residentes do município de Juiz de Fora, com idade superior a 18 anos, acompanhado do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e o questionário foi então aplicado àqueles que concordaram em participar da pesquisa (165 participantes), o que caracteriza uma amostragem acidental ou de conveniência. Os participantes responderam ao questionário individualmente e sem auxílio de entrevistadores. Oito questionários foram excluídos do estudo por apresentarem-se incompletos, com amostragem final de $n = 157$ pessoas. O número de participantes foi definido para um erro amostral de 0,08. Em razão das características de seleção (amostra de conveniência), a análise estatística consiste em descrever os resultados, sem a pretensão de se fazer inferências para outras populações.

Foi utilizado o programa Microsoft Access para a montagem do banco de dados e o programa Microsoft Excel para a análise dos dados colhidos. A análise estatística foi realizada para aplicar a forma de abordagem do problema (quantitativa), com apresentação dos resultados em números relativos e levantando-se possíveis justificativas para os dados obtidos, também com interpretação dos fenômenos e atribuição de significados.

A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora – CEP-UFJF, sob o protocolo número 116/2005.

RESULTADOS

Dentre os 157 entrevistados, 66,2% afirmaram ter se automedicado nos últimos 12 meses, enquanto 33,8% negaram essa prática. Eram do sexo feminino 66,8% dos entrevistados e 33,2%, do sexo masculino. A média de idade foi de 39,23 anos (18 – 79 anos) para os homens e de 40,34 anos (18 – 76 anos) para as mulheres. A prevalência da automedicação não variou de forma significativa entre os sexos (66,7% entre as mulheres e 65,4% entre os homens).

O questionário permitia que a amostra fosse dividida em dois grupos de acordo com o hábito de automedicação: entre os que se automedicaram pelo menos uma vez nos últimos 12 meses, foram obtidos dados quanto aos fármacos mais utilizados (Tabela 1); sintomas mais comuns que levaram o entrevistado a se automedicar (Tabela 2); atitudes do grupo, o que inclui a forma de aquisição, os motivos para a não-procura de assistência médica e por quem foi feita a indicação do fármaco (Tabela 3); e o número de vezes que o entrevistado se automedicou no período (Tabela 4).

TABELA 1

Medicamentos utilizados na automedicação segundo amostra da população de Juiz de Fora, no período de julho a agosto de 2006

Grupo farmacológico ⁵	Frequência (%)
Analgésicos	31,61
Antiinflamatórios	8,62
Relaxantes musculares	7,47
Antigripais	5,75
Antibióticos	4,60
Antialérgicos	4,60
Psicofármacos	4,02
Broncodilatadores	2,30
Antieméticos	1,15
Antitêrmicos	1,15
Outros	13,21
Não souberam informar	12,07

TABELA 2

Sintomas tratados na automedicação segundo as pessoas entrevistadas de Juiz de Fora, no período de julho a agosto de 2006.

Sintoma dominante	Frequência (%)
Dor	42,00
Tosse	13,50
Febre	12,00
Sintomas Gastrointestinais	7,50
Infecções	6,00
Insônia	4,50
Depressão	4,50
Outros	10,00

TABELA 3

Resultados obtidos quanto à aquisição de medicamentos, na população de Juiz de Fora, no período de julho a agosto de 2006

Situação	Frequência (%)
Forma de aquisição do medicamento	
Em farmácia, sem receita médica	68,70
Fornecimento por terceiros	13,04
Sobra de aquisição anterior	11,30
Farmácia, com receita antiga	6,09
Outros	0,87
Motivos para a não-procura de orientação médica	
Achou desnecessário, sabia o que tomar	65,20
Dificuldade de acesso ao médico	25,90
Insatisfação com a prática médica	5,30
Foi procurada, mas não houve prescrição	1,80
Outros	1,80
Indicação e escolha do fármaco	
Aquisição por conta própria	34,51
Indicação anterior do médico	24,78
Indicação de parentes ou amigos	23,01
Indicação de outro profissional de saúde	15,04
Outros	2,66

TABELA 4

Frequência da automedicação nos últimos 12 meses, de acordo com o sexo, na amostra de Juiz de Fora, no período de julho a agosto de 2006

	Uma	Duas ou três	Três ou quatro	Mais de cinco
Mulheres	10%	24,3%	7,1%	58,6%
Homens	11,8%	35,3%	2,9%	50%
Total	10,6%	27,9%	5,7%	55,8%

A Tabela 5 compara os dois grupos da amostra de acordo com o comportamento e o conhecimento a respeito do tema, o que inclui o conhecimento e a preocupação com os riscos da automedicação; o conhecimento de possíveis complicações e efeitos colaterais dos fármacos que consome; o hábito de leitura da bula; a ocorrência de complicações após o consumo do fármaco; e a obtenção do efeito esperado com a medicação.

TABELA 5

Comparação entre o grupo de entrevistados que se automedicam e o dos que não se automedicam quanto ao comportamento e conhecimento, no período de julho a agosto de 2006

Aspecto comportamental	Frequência nos Grupos (%)	
	Se automedicam	Não se automedicam
Conhecimento e preocupação quanto aos riscos da automedicação		
Conhecem riscos e se preocupam	66,77	86,79
Conhecem, mas não se preocupam	23,08	1,89
Não conhecem, mas se preocupam	11,54	11,32
Não conhecem e não se preocupam	8,65	0
Não respondeu	0,96	0
Conhecimento de contra-indicações e efeitos adversos dos medicamentos consumidos		
Conhecem	61,54	67,92
Não conhecem	38,46	30,19
Não responderam	0	1,89
Hábito de leitura da bula		
Sempre lêem	50,00	67,93
Às vezes lêem	35,58	20,75
Nunca lêem	14,42	11,32
Ocorrência de complicações após o consumo de medicamentos		
Ocorreram complicações	15,38	20,75
Não ocorreram complicações	84,62	79,25
Obtenção do efeito esperado		
Obtiveram	80,77	69,81
Não obtiveram	19,23	30,19

Os grupos ainda foram comparados quanto ao nível de escolaridade (Gráfico 1) e quanto à distribuição etária (sem diferenças significativas).

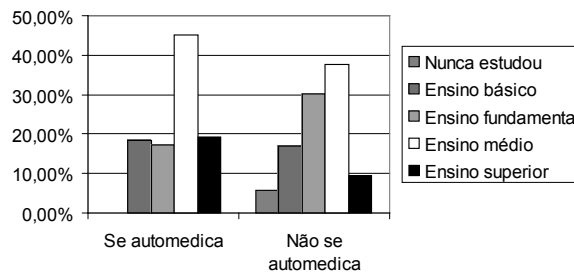


Figura 1: Resultados obtidos quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados de Juiz de Fora, de acordo com o hábito de automedicação, no período de julho a agosto de 2006.

DISCUSSÃO

Por se tratar de um estudo com amostragem acidental, há limites quanto a possíveis inferências acerca

do comportamento de toda a população urbana de Juiz de Fora perante o hábito da automedicação, o que não foi objetivo do trabalho. Entretanto, essa metodologia permitiu um adequado estudo do tipo exploratório e descritivo do problema apresentado entre os entrevistados, sem vieses de estrutura metodológica.

É amplamente aceito que a automedicação tem um papel positivo importante na saúde pública, uma vez que reduz a pressão sobre os serviços médicos, especialmente quando esses são limitados (WHO, 2002). No município de Juiz de Fora, onde existem 91 estabelecimentos de saúde públicos e 131 estabelecimentos de saúde que prestam serviços ao SUS (IBGE, 2002), observou-se que 66,2% da amostra pesquisada se automedicam. Consideramos elevado este índice, mostrando a necessidade de constante atenção e orientação da população por parte do profissional de saúde a respeito dessa prática, em virtude dos riscos não gerenciados. Nosso estudo salienta dados preocupantes quanto aos entrevistados que se automedicam, mas que revelaram não conhecer os riscos da automedicação ou referiram não se preocupar com eles (Tabela 5).

Diversos estudos apresentam uma maior prevalência da automedicação na população feminina (ARRAIS *et al.*, 1997; LOYOLA FILHO *et al.*, 2002; VILARINO *et al.*, 1998), por vezes associada ao papel social da mulher como protetora da saúde de sua família. No entanto, na presente amostra, não houve diferença significativa quanto ao hábito de automedicação entre os sexos (66,7% para mulheres e 65,4% para os homens; Tabela 4).

Como o contínuo aumento do nível educacional, dos conhecimentos gerais e da situação socioeconômica dos países, a automedicação tem sido integrada com sucesso em vários sistemas de saúde em todo o mundo (WHO, 2002). No presente estudo, observou-se que mais da metade da amostra que se automedicava tinha o ensino médio e/ou superior completos (Gráfico 1). Dessa forma, espera-se que, com a aplicação de políticas de educação em saúde, essa parcela da população possa se beneficiar com um maior conhecimento a cerca das indicações, contra-indicações e efeitos colaterais dos fármacos que utiliza.

A automedicação responsável pode ser usada para prevenir e tratar condições que não necessitam de consulta médica (WHO, 2002). Foi observada a predominância dos seguintes sintomas como motivos para automedicação: dores em geral, febre e os relacionados ao aparelho respiratório e digestório (Tabela 2). Esses resultados assemelham-se àqueles encontrados em pesquisas semelhantes no Brasil e no mundo (ARRAIS *et al.*, 1997; LOYOLA FILHO *et al.*, 2002; BI *et al.*, 2000), e correspondem ao fato de os

analgésicos serem os medicamentos mais procurados (Tabela 1). No entanto, os índices do uso de antibióticos e psicofármacos revelaram-se preocupantes, uma vez que o uso não controlado, por vezes abusivo, desses fármacos pode trazer efeitos indesejáveis como resistência, dependência e tolerância (BRUNTON *et al.*, 2006).

Um estudo descritivo da automedicação no Brasil demonstrou que a escolha de medicamentos é baseada, principalmente, na recomendação de pessoas leigas, sendo também relevante a influência de prescrições antigas (ARRAIS *et al.*, 1997). Em nosso trabalho, predominou a aquisição sem receita médica e a escolha do fármaco pelo próprio usuário (Tabela 3). Entre os entrevistados do sexo masculino, a opinião de parentes e amigos também foi uma forma significativa de escolha do fármaco.

Demonstra-se a associação entre automedicação e menor frequência de visitas aos médicos, assim como menores gastos financeiros com medicamentos pela assistência pública, sugerindo que essa prática poderia atuar como um substituto da atenção formal à saúde (LOYOLA FILHO *et al.*, 2002). Em nosso trabalho, observamos que mais de 25% das pessoas que afirmaram se automedicar encontram dificuldade de acesso aos serviços de saúde (Tabela 3), situação que motiva novas pesquisas exploratórias e descritivas.

O grupo que se automedica foi ainda comparado com o grupo que não se automedica quanto a aspectos comportamentais relacionados aos medicamentos que consomem (Tabela 5). O hábito de leitura da bula foi mais freqüente entre os usuários de fármacos por automedicação; no entanto, os dois grupos informaram que conhecem os efeitos colaterais e as contra-indicações dos medicamentos consumidos em frequências semelhantes. A informação quanto à ocorrência de complicações após o uso dos fármacos foi similar nos dois grupos, mas a satisfação com a obtenção do efeito esperado foi maior no grupo que se automedicou. Esses dados nos levam à hipótese de que, do ponto de vista dos usuários, a automedicação deva ser considerada segura e efetiva, o que certamente estimularia sua prática. Além disso, os entrevistados que se automedicam pareceram bastante confiantes quanto aos seus conhecimentos acerca do tema, podendo por vezes vir a desconsiderar a importância das orientações contidas nas bulas e embalagens dos medicamentos.

Todos esses dados reforçam a importância do constante estudo do tema automedicação e a necessidade de informar à população sobre o uso adequado de medicamentos, conforme já referido por Arrais *et al.* (1997). Os meios de comunicação de massa, que muitas vezes estimulam o uso irracional de medicamentos, po-

deriam ou deveriam ser utilizados com a finalidade de esclarecer ao público, e campanhas de informações e conscientização deveriam ser mais frequentes e efetivas (HAAK, 1989; SIHVO; HEMMINKI, 1999). Além disso, são necessárias medidas que garantam a oferta de produtos eficazes, seguros e de preço acessível (ARRAIS *et al.*, 1997), no que, nos últimos anos, houve intervenção estatal com o lançamento de “medicamentos genéricos” a preços competitivos. A inclusão deste grupo de medicamentos, bem como os chamados “similares”, facilmente acessíveis pela população, é outro aspecto que merece estudos atuais sobre seu uso em particular. Seus valores são mais acessíveis e muitas vezes também são vendidos sem apresentação de receituário médico, o que pode vir a estimular seu consumo por automedicação.

Mesmo que se obtenha o efeito desejado na automedicação, eventualmente haverá aumento dos riscos de efeitos colaterais e adversos destes medicamentos, visto que não há orientação médica prévia sobre a interação medicamentosa e as contra-indicações individuais de cada paciente. A relativa facilidade de obtenção de medicamentos nas farmácias em nosso meio, na grande maioria de analgésicos, poderia ser tema de estudo e de análise por outros pesquisadores e pelos órgãos competentes.

CONCLUSÃO

A confiança da população entrevistada quanto à automedicação é altamente preocupante, principalmente quando associada ao relevante número de pessoas que afirmaram dificuldade de acesso à assistência médica. Assim, justifica-se adotar constantes procedimentos de esclarecimento à população sobre o tema e maximizar o acesso ao atendimento médico público.

Estudos governamentais intersetoriais e multiprofissionais poderiam ser cada vez mais incentivados quanto à análise de riscos, custos e benefícios desse processo.

AGRADECIMENTOS:

Agradecemos ao PROMED, especialmente ao Prof. José Olindo Duarte Ferreira, ex-Diretor da Faculdade de Medicina da UFJF, pelo incentivo no campo da pesquisa na UFJF.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, P. S. D.; COELHO, H. L. L.; BATISTA, M. C. D. S.; CARVALHO, M. L.; RIGHI, R. E.; ARNAU, J. M. Perfil da automedicação no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 31, n. 1, fev, 1997.
- AUTOMEDICAÇÃO. Revista da Associação Médica Brasileira, São Paulo, v. 47, n. 4, out/dez, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302001000400001-&lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 27 Abr 2008.
- BI, P.; TONG, S.; PARTON, K. A. Family self-medication and antibiotics abuse for children and juveniles in a Chinese city. *Social Science Medicine*, New York, v. 50, mai, 2000.
- BRASILIBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Assistência Médica Sanitária 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 22 abr 2008.
- BRUNTON, L. L.; LAZO, J. S.; PARKER, K. L. As Bases Farmacológicas da Terapêutica - Goodman & Gilman. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2006.
- INFORMAÇÃO e Automedicação Responsável. Associação Brasileira da Indústria da Automedicação Responsável, São Paulo, out, 2003. Disponível em: <http://www.abimip.org.br/area/position_publicidade.pdf> Acesso em 20 abr 2008.
- HAAK, H. Padrões de consumo de medicamentos em dois povoados da Bahia (Brasil). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 23, abr. 1989.
- LOYOLA FILHO, A. I.; UCHOA, E.; GUERRA, H.L.; FIRMO, J.O.A.; LIMA-COSTA, M. F. Prevalência e fatores associados à automedicação: resultados do projeto Bambuí. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 1, fev, 2002.
- NETO, J. A. C.; SIRIMARCO, M. T.; CHOI, C. M. K.; BARRETO, A. U.; SOUZA, J. B. Automedicação entre estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora. *HU Revista*, Juiz de Fora, v. 32, n.3, jul/set, 2006.
- PAGÁN, J. A.; ROSS, S.; YAU, J.; POLSKY, D. Self-medication and health insurance coverage in Mexico. *Health Policy*, Amsterdam , v. 75, jan, 2006.
- SIHVO, S.; HEMMINKI, E. Self medication and health habits in the management of upper gastrointestinal symptoms. *Patient Education and Counseling*, Limerick, v. 37, mai, 1999.
- VILARINO, J. F.; SOARES, I. C.; SILVEIRA, C. M.; RÖDEL, A. P. P.; BORTOLI, R.; LEMOS, R. R. Perfil da automedicação em município do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 32, n. 1, fev, 1998.
- WHO. The benefits and risks of self-medication. WHO Drug Information, Geneva, v. 14, 2000.

Enviado em 07/05/2008

Aprovado em 02/10/2008